



Os desafios da comunicação em tempos de desinformação e inteligência artificial

Eduardo Louise Antunes Loschner¹
Gustavo Paulo Zonta²



Ana Regina Rêgo
Foto: Arquivo Pessoal

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado, 81% dos brasileiros acham que a desinformação pode afetar significativamente o resultado das eleições municipais de 2024. Além disso, 72% já se depararam com informações falsas nos últimos seis meses e 78% dos entrevistados consideram muito importante controlar essas notícias para garantir um pleito eleitoral mais justo. Em poucos anos, o fenômeno da desinformação tornou-se uma das principais preocupações das sociedades atuais. Em tempos eleitorais, esse temor se intensifica, pois a história recente mostra o impacto das informações falsas em votações em todo o mundo.

No Brasil, vivemos grandes marcos do fenômeno da desinformação nas eleições de 2018 e 2022. Como reação, governos, entidades não governamentais, sociedade civil e academia têm se organizado para combater a circulação de conteúdos falsos. Uma das principais organizações no país que tem trabalhado na linha de frente dessa luta é a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), que nasceu em 2020 e hoje interliga projetos e instituições de diversas naturezas que trabalham para combater o mercado da desinformação.

¹ Estudante do curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). E-mail: dudaantunesjornal@gmail.com

² professor do curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: gugapzonta@gmail.com



Para compreender melhor o trabalho realizado pela RNCD diante do avanço da circulação de informações falsas e os desafios da comunicação em tempos de inteligência artificial, entrevistamos a criadora e coordenadora do projeto Ana Regina Rêgo, professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ana é formada em jornalismo pela UFPI, mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Processos de Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Nesta entrevista, a professora Ana Regina, uma das principais conferencistas da edição nacional do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, discute o trabalho realizado pela RNCD atualmente, o crescimento do mercado da desinformação, debate a regulamentação das plataformas digitais no Brasil e os desafios diante do avanço da inteligência artificial no campo da comunicação.

A desinformação é um fenômeno bastante complexo, com potencial crescente em nosso país, e tornou-se uma das principais preocupações sociais da atualidade. Quais os principais resultados que suas pesquisas e o trabalho como coordenadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD) apontam sobre o atual cenário da desinformação?

Em 2018, a população brasileira como um todo não estava preparada para a enxurrada de desinformação, de manipulações, para aquilo que eu chamo de mercado da construção intencional da ignorância. A gente, principalmente dentro da comunicação, não sabia que esse mercado era um mercado de comunicação, de comunicadores e que, muitas vezes, os egressos dos nossos cursos estavam trabalhando nesses mercados. A gente começa a desvelar isso em 2021 em pesquisas feitas no Brasil e pesquisas como do Instituto Reuters, da Universidade de Oxford. O Brasil já despontava, na época, com 82% dos brasileiros preocupados com a desinformação.

A gente tem evoluído nos últimos anos. Quando fui fazer o meu pós-doc sobre desinformação em 2019, que deu origem ao livro “A Construção Intencional da Ignorância”, havia poucos estudos. Empiricamente, a gente tinha alguns mergulhos, inclusive do nosso grupo de pesquisa, mas muito mais do ponto de vista histórico e da interveniência do jornalismo. Tínhamos basicamente a construção de conceitos com a Claire Wardle, a tríade de conceitos



que vai ser apropriada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e vai dar origem à ideia de integridade da informação.

Ao mesmo tempo, a gente vê crescer, de 2018 para cá, uma suspeição sobre o campo jornalístico. Cada vez mais as pessoas estão se informando por outros locais, por perfis de influenciadores digitais, por canais alternativos. Tudo isso conflui não só para aquilo que a Claire Wardle chama de desordem da desinformação, mas para o que eu denomino de fenômeno social e coletivo da desinformação, que considera a ideia da desordem, que ela coloca como sendo a desinformação, mas ela cria seus conceitos em cima da intencionalidade. Eu penso que o fenômeno tem tanto o mercado que constroi, mas tem uma sociedade que tem aparato de receptividade para essa desinformação, que conforme os seus valores, as suas crenças e a sua relação com o passado, vai assimilando, passando, contestando, criticando, conforme o lugar desse cidadão, dessa cidadã que recebe essa narrativa com desinformação. Então, tudo isso se potencializa, cresce.

O crescimento desse mercado coloca o jornalismo em suspeição, que também está em suspeição por algumas práticas próprias. Grandes nomes do jornalismo acabam praticando desinformação. Grandes veículos jornalísticos já consagrados, de décadas atrás, também acabam praticando desinformação. Então, é um cenário muito complexo. Em cima disso, você tem também uma reação da sociedade civil, da academia e da ciência. A ciência também foi colocada em suspeição. As grandes ameaças à democracia partem desse universo. Ele é um fenômeno multidimensional e esse fenômeno multidimensional convoca múltiplas reações. Só na Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD) nós temos mais de 30 grupos de pesquisa preocupados com esse tema. Nós temos inúmeras associações e instituições tentando minimizar ou mitigar paulatinamente esse fenômeno. Porém, a gente avança nas respostas e o lado da desinformação está muito mais articulado. Muito embora, a gente ache que, momentaneamente, esteja sofrendo pela espiral do silêncio, mas não. Isso está sendo trabalhado de forma intensiva.

Temos algumas questões que não foram pontuadas ainda, que não foram marcadas. Por exemplo, o processo de regulação das plataformas digitais, o processo de regulação da inteligência artificial. Não é o único caminho para mitigar, mas é um dos caminhos importantes. Considero que o jornalismo é muito importante, que a regulação é muito importante e que a



educação midiática é fundamental nesse sentido. O Brasil tem feito alguns avanços, mas esses avanços ainda não estão em campo em todas as unidades da nação. A educação midiática está na Base Nacional Comum Curricular, mas efetivamente não está no dia a dia. Há alguns editais tanto no Ministério da Educação quanto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação provocando iniciativas para trabalhar com integridade da informação e com educação midiática nas escolas. São caminhos. Ainda não dá conta. Existe recurso, mas o nosso Brasil é continental, então não se dá conta de chegar a todos lugares, mas são alguns caminhos.

Eu vejo que o fenômeno da desinformação não regrediu e tem grandes atores no enfrentamento. A academia é uma delas. Dentro das universidades públicas brasileiras se desenvolve mais de 90% da ciência, da pesquisa do nosso país. Tem sido um lugar forte no enfrentamento. Até porque esse fenômeno forçou a gente a sair dos nossos muros, atravessá-los para chegar às comunidades em todos os lugares da nação.

Esse fenômeno ainda segue muito grande e ameaçador. Segundo o Relatório de Risco Global, do Fórum Econômico Mundial, divulgado neste ano, as informações falsas estão em primeiro lugar no ranking de preocupação e, nos próximos 10 anos, continua como a quinta principal preocupação dos líderes mundiais. Então, esse fenômeno não pode ser desconsiderado, porque tem potência para criar conflitos, para criar massacres, para potencializar guerras, para criar violência simbólica e violência física, como a gente tem visto no Brasil. E acirrar ainda mais a polarização social e política de nações, como a nossa.

Quais as contribuições que a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD) tem dado para o combate à disseminação de informações falsas no Brasil e como o trabalho vem sendo articulado atualmente?

Eu considero a Rede uma tecnologia social, digital, informal e horizontal. Ela está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, tem o apoio do CNPq, mas é formada por diversos atores e parceiros. Ela não é uma rede de pesquisadores; ela é diferente de uma instituição científica. É uma rede com um leque enorme de parceiros. Ela funciona a partir de articulações de demanda social. Durante o processo pandêmico, nos primeiros anos de pandemia, tivemos uma atuação muito grande no que concerne principalmente à divulgação científica e à comunicação educativa, ao lado do fact-checking, do jornalismo de verificação.



Tínhamos alguns parceiros de escuta, como o Eu Fiscalizo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que recebia questionamentos da sociedade. As pessoas tinham dúvidas sobre se as informações eram verdadeiras ou falsas, se podiam tomar aquele remédio ou o kit Covid. Nós passávamos essas demandas para o pessoal de verificação. Era feita a verificação, colocavam-se etiquetas de checagem, mas não era muito fácil disseminar em grupos de distribuição, em aplicativos de mensageria. Não era um conteúdo palatável. Então, os parceiros de divulgação científica transformaram isso em cards e vídeos, e isso circulava com uma potência maior. Essa atuação foi muito significativa. Esses parceiros vinham da imunologia da USP, da farmácia da USP de Ribeirão Preto, da biologia do pessoal de Vitória da Conquista, do Acre, do pessoal de imunologia do Sul. Era muita gente do país inteiro fazendo muita coisa.

As pesquisas da Rede embasam muitas ações que procuramos fazer em parceria com outras redes. Em 2023, nosso principal foco foi o apoio aos processos de regulação das plataformas e ao Projeto de Lei 2.338 sobre a regulação da inteligência artificial. Este ano, o presidente da Câmara Federal, Arthur Lira, engavetou o PL 2.630, da regulação das plataformas digitais. Mas temos esperança de que um projeto substituto volte a circular. Fizemos vários eventos, debates e incursões no sentido de pressionar por essa regulação necessária para o Brasil. Então, 2023 foi muito pautado na regulação e na realização de diversos eventos voltados para a pesquisa.

Em 2022, nossa atuação foi muito pautada na questão da prevenção, combate e enfrentamento direto à desinformação eleitoral. Fizemos coalizões com outras redes, como a Sala de Articulação Contra a Desinformação e a Coalizão Direitos na Rede. Trabalhamos conjuntamente, recebendo, apurando e denunciando desinformação em todos os canais em que poderíamos prevenir. Foi um trabalho diuturno que atravessou o 8 de janeiro. Fechamos também uma parceria com o Supremo Tribunal Federal – STF para desenvolver uma série de ações em vários estados brasileiros voltadas para a educação, no sentido de entender o que são os três poderes, entender o que é o Supremo, o que é o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, combater o vazio de informação sobre os três poderes na esfera da República Brasileira e, ao mesmo tempo, esclarecer o que é o voto, o direito ao voto, a urna eletrônica. Também temos um foco de defesa dos direitos do usuário, do consumidor e prevenção da violência, sobretudo contra a mulher.



Além disso, temos pesquisas em eixos como o monitoramento do debate público em plataformas digitais, escuta social, divulgação científica, e parceiros que trabalham com educação midiática, educomunicação, letramento. Porém, não existe um direcionamento rígido por parte da coordenação em relação às ações da Rede. Por exemplo, se existe uma denúncia muito contundente de um canal no YouTube que está praticando violência, racismo, por exemplo, pedimos que os atores da rede se articulem para denunciar essa situação. Nos articulamos para tentar denunciar esse tipo de violência.

Vocês têm realizado o trabalho coletivo da Rede na luta contra a desinformação. Como você avalia a resposta de outras organizações diante deste cenário, como os debates do campo político – tivemos a PL das Fake News, às respostas tímidas das *big techs* e também as iniciativas da indústria jornalística?

No que concerne ao combate à desinformação, tanto a academia quanto a sociedade civil e o atual governo têm muitas ações voltadas para isso. O Ministério da Saúde tem um programa inteiro dedicado a esse tema; a própria Secretaria de Comunicação (Secom), a Diretoria de Direitos Digitais e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação também têm programas voltados à criação de plataformas e ao desenvolvimento de pesquisas nesse sentido. São parcerias para que se desenvolva um referencial teórico sólido, capaz de substanciar projetos. Além disso, muitos editais do CNPq e da Capes são voltados para que pesquisadores de todo o Brasil desenvolvam pesquisas no combate à desinformação.

governo está agindo por meio de seus ministérios e está investindo recursos nisso. Acredito que será necessário investir muito mais, pois o mercado da desinformação dispõe de muito capital. Ele se apropria do modelo de negócios das *big techs* e é altamente monetizado. O lucro é muito grande, o que torna essa briga desleal. Nós, na academia, sem recursos financeiros, estamos combatendo grupos que dispõem de muito dinheiro para isso. Esses atores estão na academia, mas também na sociedade civil. Além disso, grandes grupos de mídia também realizam ações importantes nesse sentido, como o projeto Comprova e o Fato ou Fake, que são iniciativas do jornalismo na tentativa de se reafirmar.

Contudo, quando falamos sobre a regulação das plataformas, enfrentamos diversos embates. Primeiro, o governo não possui maioria no Congresso que lhe permita aprovar alguns



projetos, e o PL 2.630, sobre a regulamentação das plataformas, é um deles. Apesar de não atender completamente às demandas da sociedade civil e da academia, em 2023, quando foi para a votação de urgência, representou um começo, com a relatoria do deputado Orlando Silva. Sem o início de um processo legislativo, a situação se torna muito complicada. Por isso, o TSE tem que intervir constantemente, criando resoluções para, ao menos no contexto eleitoral, estabelecer parâmetros mínimos com base na legislação já existente. Essas resoluções ajudam a guiar os juízes eleitorais, já que o Congresso não age. Por que o Congresso não age? Porque uma parte significativa dos parlamentares foi eleita com base na desinformação. Se foram eleitos dessa maneira, eles se beneficiam do modelo de negócios das plataformas.

Eles se beneficiam duplamente: conseguem alcançar uma audiência que não alcançariam se estivessem trabalhando apenas com jornalismo factual de forma orgânica. Assim, a maior parte desse Congresso não tem interesse na regulamentação. As plataformas também não têm interesse. Quando o PL 2.630 foi para votação em regime de urgência, em maio de 2023, empresas como Alphabet, Google e Meta divulgaram "fake news". Ao abrir o Google, aparecia uma mensagem dizendo: "O governo brasileiro quer aprovar uma lei que impedirá o crescimento do seu comércio, do seu mercado, da sua empresa". Portanto, as plataformas exercem uma forte advocacy sobre o Congresso. Inclusive, na época, contrataram o ex-presidente Michel Temer para defendê-las e fazer lobby no Congresso.

É uma luta muito grande, com a confluência de diversos atores. O que percebo, observando as ações do governo brasileiro de fora, é uma articulação mundial junto à ONU para criar uma coalizão de países com governos interessados em regular as plataformas e trabalhar pela integridade da informação. Em 2023, foi firmado um primeiro marco sobre a integridade da informação. O Brasil presidirá o G20 em 2024 e desempenhou um papel importante nesse processo, trazendo o tema da integridade da informação para a pauta do G20. Com base nisso, realizamos uma conferência livre de ciência e tecnologia voltada para essa questão, e recentemente tivemos a conferência nacional de ciência e tecnologia também com essa temática, que é extremamente relevante.

A grande mídia também tem interesse na regulação das plataformas, mas esse interesse surge quando ela se beneficia desse modelo de negócios. A sustentabilidade do jornalismo estava vinculada ao PL 2.630. No entanto, não houve negociação, pois estava principalmente



atrelada aos grandes grupos de mídia. Se migrarmos a discussão para o PL 2.370, que trata dos direitos autorais, as plataformas também não pagam nada e apenas se beneficiam. Agora, temos as inteligências artificiais que capturam conteúdo de todos, sem que ninguém seja remunerado por isso.

O cenário é bastante complicado para a realização das eleições municipais. Temos a resolução do TSE, que tenta estabelecer algumas regras em relação ao uso da inteligência artificial nas candidaturas formalizadas. Nesse contexto, enfrentamos potenciais consequências muito sérias em relação ao processo eleitoral que estamos vivendo agora. Não sabemos se haverá um novo marco na questão da desinformação. O ano de 2018 foi um marco da desinformação, 2022 foi outro, e continuamos crescendo. É um cenário bastante complexo.

Como as inteligências artificiais impactam neste cenário de desinformação: uma vez que podemos ter ferramentas baseadas em IA para combater a disseminação de informações falsas ao mesmo tempo que temos IAs que impulsionam e potencializam este tipo de conteúdo: como as *deep fakes* ou os algoritmos de plataformas digitais?

Eu vejo com muita preocupação. Não é à toa que é uma questão debatida pela ONU e por órgãos como a Unesco, que se preocupam com o uso da inteligência artificial, inclusive nas guerras, seja por Israel, seja na guerra da Ucrânia. Além disso, quando você vê o próprio Fórum Econômico Mundial, que é o lugar do capitalismo, preocupado com a evolução das IAs – realizando pesquisas com especialistas que apontam para isso – essa preocupação vem exatamente desse casamento de uma tecnologia que permite modelos generativos. Por enquanto, existem modelos pré-treinados, mas a Gemini, da Alphabet/Google, diz que está caminhando para que não precise mais ser pré-treinada, pois já é treinada com tudo o que a gente fala. Então, é muito preocupante esse cenário das IAs no contexto da desinformação.

Acho que é muito perigoso, pois as deep fakes que circulam por aí, por exemplo, entram diretamente no viés de confirmação. Assim, a ideia de que "uma imagem vale mais do que mil palavras" já não é mais um paradigma verdadeiro, porque a imagem pode ser completamente manipulada e a voz também pode ser manipulada. Para além do fato de que modelos generativos pré-treinados, como o ChatGPT, por exemplo, são multimodais, articulando voz, texto e



imagem ao mesmo tempo. Esses modelos multimodais estão trabalhando em diversas áreas e têm a potência para criar muitas coisas.

O problema é como isso chega no Brasil. Se mesmo nas comunidades mais esclarecidas sobre a desinformação essas deep fakes circulam, devido ao viés de confirmação, imagina como será a circulação desses conteúdos no Brasil profundo. O que faz uma pessoa que recebe esse tipo de mensagem em um grupo liderado por uma autoridade religiosa, por exemplo? Por que ela iria desconfiar do conteúdo? Se veio através de sua autoridade religiosa ou de alguém que você preza muito, como desmentir para um e depois para cem mil ou para milhões? As IAs potencializam a velocidade com que isso se dissemina.

Os modelos generativos pré-treinados também têm uma face visível e uma face opaca. Essa face opaca, que comumente e empiricamente chamamos de algoritmos, já tem assimilado qual caminho percorrer para viralizar mais. Conhece exatamente quem são os usuários e qual a audiência que quer receber aquela mensagem. O modelo generativo já aprendeu qual é o melhor caminho. Capturou tudo aquilo que a gente doa nas redes todos os dias, já que somos o centro do negócio das plataformas. Nossa experiência é transformada em dados. O algoritmo já sabe para onde vai e, ao saber para onde vai, esses conteúdos circulam muito mais rápido. Eu vejo riscos potenciais neste cenário das IAs e da desinformação.

Você publicou artigo recente discutindo a ética nos usos da inteligência artificial. Vivemos tempos de popularização de ChatGPT, Gemini e OpenAI. Infelizmente, grande parte do uso de IA é realizada sem a discussão de parâmetros éticos. Como você lê esse cenário?

A discussão sobre ética é muito importante e atravessa todos os aspectos da vida em sociedade. A ética pública é esse acordo coletivo de cada época e de cada lugar, conforme aquilo que vamos construindo. A ética não é algo estático; é algo em mutação, negociado com todos os setores sociais presentes naquele espaço, naquele tempo, naquele contexto contemporâneo. A ética é algo que nos fala sobre respeito ao outro, direitos e deveres, sim, mas principalmente sobre respeito.

Portanto, eu tenho dimensões éticas que podem ser atravessadas de diversas formas. Se eu levo a discussão para o jornalismo, vários veículos no Brasil têm suas próprias ferramentas de IA, e elas podem ser usadas. No entanto, precisamos checar o que sai dessas ferramentas.



Surge aí um novo conceito e um novo trabalho para o jornalista também, que é verificar o que a plataforma produziu. Muitas vezes, ela capta apenas aquilo a que tem acesso no universo sobre o qual foi treinada, que está disponível para ela. E, se não captura, pode criar um contexto completamente equivocado em relação àquilo. Portanto, você precisa checar o que vem da IA.

Outra questão é que, no jornalismo, se eu não trabalho de forma ética com as ferramentas disponíveis para mim, coloco em risco a minha própria profissão. Se eu trabalho apenas com base na ideia do prompt, se uso os comandos da estrutura do lide para fazer a minha matéria rapidamente e não me dedico às outras questões, a um jornalismo aprofundado, pautado em contar histórias e nas questões mais humanas, para chegar a uma audiência que eu possa emocionar, vou simplesmente ocupar o lugar do jornalista.

Eu vejo que, em qualquer área em que utilizamos essas ferramentas – muitas vezes sem perceber que são parte de um processo de tecnologização da vida, que nos impõe certas práticas que adotamos sem refletir – se não adotarmos uma abordagem ética e de respeito ao outro, incorremos em sérios riscos, inclusive de desumanização e desprofissionalização do nosso próprio campo.

O Brasil é o país da América Latina em que mais se faz uso de recursos da Inteligência Artificial e o quarto no mundo onde há maior confiança da população na IA. Como as questões éticas precisam ser pensadas na alimentação e no treinamento dos modelos tecnológicos de linguagem generativa?

A primeira coisa é que nenhuma tecnologia é neutra. Os modelos generativos pré-treinados partem de uma estrutura técnica, mercadológica, capitalista e neocapitalista, que perpetua um colonialismo mais acirrado e mais aprofundado do Norte sobre o Sul. Eles se utilizam de uma mão de obra extremamente barata no Sul, nem sempre qualificada, porque não há condições para se qualificar em países como o nosso, que não consegue ser uma democracia que abarca todos dentro da sua estrutura.

Então, as plataformas, ao mesmo tempo que investem milhões e milhões em estruturas de modelos generativos para potencializar seus modelos de negócio e nos prender cada vez mais diuturnamente em todos os seus aparatos – inclusive os aparatos de inteligência artificial que,



enquanto prometem facilitar nossa vida, também nos escravizam – investem muito pouco em treinamento qualificado e ético dentro desses modelos.

Como consequência, esses modelos vêm com viés de racismo, machismo patriarcal, misoginia, ódio e xenofobia. Tudo aquilo que faz parte da miséria humana. E aí a plataforma diz: “A culpa não é minha, porque isso é de vocês?”. É verdade. A miséria humana está aí e é potencializada por fluxos informativos diuturnos que nos atravessam de forma empírica e ubiquamente. Assim, estamos disponíveis para isso, nos doamos, abrimos mão de nossa privacidade. Somos transparentes quando não deveríamos ser e não cobramos transparência de quem deveria ser, das próprias plataformas e dos governos. Nesse sentido, alimentar as IAs generativas tem sido denunciado em vários países, inclusive no nosso, pelos preconceitos que elas possuem.

Isso levanta questões muito sérias. Em um contexto de eleições, este ano, em mais de 60 países, o risco de aumentar a polarização e de conflitos reais é muito maior. Exatamente porque todos esses vieses vêm e você coloca na boca de alguém algo que ela não disse. Vai ser difícil chegar a alguém no Brasil profundo, onde você tem 30 milhões de brasileiros que não têm acesso à internet e mais de 80 milhões com acesso à internet precária, com acesso apenas aos aplicativos gratuitos, por onde chega a desinformação. Essa população não pode checar no jornalismo. Não tem acesso e não tem formação para tal. Como vamos conseguir chegar a toda essa população brasileira? Nesse sentido, o mercado da desinformação está anos-luz à nossa frente.

As IAs impactam diretamente no campo da comunicação: seja no audiovisual, na comunicação organizacional, na publicidade, no entretenimento ou no jornalismo. Muitas tarefas já são hoje desenvolvidas por sistemas automatizados. Como você observa a utilização das IAs no campo da comunicação e do jornalismo? Quais os riscos e quais os potenciais benefícios dessas tecnologias?

Depende muito dos usos e das apropriações, mas também do interesse da própria tecnologia. Quando você ouve que a tecnologia vem para diminuir os gaps e as diferenças sociais, é preciso questionar. Afinal, que tipo de resistência, que tipo de força política e capital político nós temos enquanto campo comunicativo e enquanto país do Sul para criar plataformas



próprias, desenvolver modelos próprios e não nos deixar colonizar completamente, a fim de que possamos defender nossos lugares? Isso significa não só defender o emprego dos jornalistas, mas defender um campo que é uma instituição pública de interesse social, que precisa de informações qualificadas para que não entremos no caos.

Precisamos entregar à nossa sociedade informações qualificadas. Se eu abraço a ferramenta de forma acrítica, a primeira coisa que vai cair é meu próprio emprego. Um veículo informativo com notas não precisa de muitos jornalistas. Mas para onde caminha o jornalismo? De que forma queremos que o jornalismo caminhe? Quais são as alternativas que temos? E a educação, para onde caminha? Vai ficar completamente virtual? Eu gravo um vídeo ou um protótipo da Ana Regina, que vai gravar vídeos conforme aquilo que eu paguei ou aquilo que me pagaram para usar minha imagem? O que eu quero em termos de educação? E em termos de comunicação?

Temos mil ferramentas que podem facilitar, e muito, inclusive para o professor dar aula e gravar vídeos, mas é preciso ter cuidado. O cuidado de não jogar contra si mesmo. É por isso que Zizek diz que estamos abrindo mão do controle. Não se trata mais de tecnologias que trabalham pelo controle do homem sobre a natureza, mas de tecnologias em que o homem abre mão do controle sobre si e sobre a natureza. Porque Gaia se reinventa e estamos abrindo mão da única coisa que tínhamos. É por isso que precisamos de regulações e de trabalhar isso de uma forma que seja favorável para a sociedade, como devem ser todas as tecnologias.

Por exemplo, está sendo lançada uma IA que detecta com 5 anos de antecedência a possibilidade de uma mulher desenvolver câncer de mama. Excelente. Precisa ser popularizada. Não pode ser apenas para quem pode pagar R\$ 100 mil por isso. Precisa ser popularizada em primeiro lugar e, em segundo lugar, não pode ser usada somente para o mercado da medicina, que ganha muito dinheiro com isso. Será que teremos isso? As mulheres negras que moram nas favelas brasileiras terão direito a isso? Quem vai ter direito? Para que a IA possa diminuir as disparidades, ela precisa ser uma IA democrática.

Neste contexto, aproveitando o tema do Intercom deste ano de 2024, a comunicação em tempos de inteligência artificial amplia ou reduz as desigualdades sociais?



A tecnologia não é neutra, mas não é necessariamente por não ser neutra que ela amplia as desigualdades sociais. Ela amplia as desigualdades sociais porque é neutra a partir de um ponto de vista tecnomercadológico. Para ganhar cada vez mais recursos, dinheiro e acumular, ela precisa explorar a humanidade. Isso acontece porque é uma estrutura tecnomercadológica potencializada e precisa explorar a humanidade. Fazer com que essa tecnologia, que pode detectar o câncer de mama 5 anos antes, seja popularizada inclui abrir mão de patentes, vender a baixo custo ou doar equipamentos para toda a humanidade. Inclui abrir mão de lucros.

Não só por parte das big techs, das plataformas que nos obrigam a um novo modo de existir na plataformização da vida, mas também das grandes empresas que se utilizam de inteligência artificial em todas as áreas da humanidade. Elas precisariam abrir mão de pelo menos parte dos seus lucros, e a gente não vê ninguém querendo fazer isso, mesmo os que têm grandes fundações, como a Microsoft. Por outro lado, elas investem em grandes data centers para manter grandes inteligências artificiais. O que a Microsoft investiu nos data centers que alimentam o ChatGPT é fabuloso. É muito mais do que a fundação investiu no combate à fome.

Tento minimizar alguma coisa por um lado e, por outro, potencializo a extração das matérias-primas cada vez mais escassas. Essas tecnologias precisam de lítio para funcionar e de água. A água precisa circular para refrigerar os data centers, e você tem grandes data centers no mundo inteiro. Nuvem não existe. Nuvens são estruturas que têm uma materialidade muito forte; elas consomem uma grande quantidade de recursos naturais.

Para que essa tecnologia possa minimizar as desigualdades humanas, é preciso ter vontade política dos estados e do mercado. Conhecendo os estados e o mercado desde sempre, a gente vê que isso não vai acontecer e que estamos cada vez mais distantes de alcançar os objetivos do milênio para 2030. Estamos à beira de 2030 e, no ano passado, 733 milhões de pessoas passaram fome no mundo. E a inteligência artificial está aí... Alguma delas agiu nesse contexto? Não.